



MONITORAMENTO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Autor principal: Ana Maria Silva Queiroz
Orientador(a): Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

Introdução

Em um cenário de competitividade no mercado de trabalho, no qual se destacam profissionais com competências e habilidades, o curso superior faz-se necessário para que se alcance um emprego que atenda às suas expectativas, necessidades e que possa proporcionar estabilidade financeira e melhoria no futuro profissional. Contudo, torna-se oportuno observar o significativo aumento na taxa de evasão do meio acadêmico e o quanto esse impasse permanece intrinsecamente ligado à realidade socioeconômica do estudante. Diante desse contexto, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto 7.234/2010, o qual dedica-se garantir por meio da implementação de programas e serviços aos estudantes, a permanência e o bom desempenho acadêmico (sucesso escolar) nos cursos superiores das IES públicas. Dessa forma, o presente projeto buscou auferir a realidade da implementação da política de assistência estudantil bem como sobre seus impactos na realidade dos discentes beneficiários.

Objetivos

O presente projeto buscou analisar as condições de permanência ofertadas pela política de assistência estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC) aos estudantes dos cursos superiores que apresentava situação de vulnerabilidade econômica, bem como conhecer os fatores que levaram a evasão de uma parcela desses. Para isso, foi necessário conhecer o perfil dos estudantes beneficiados que desfez o vínculo com a Universidade. Essas informações foram obtidas por intermédio de um questionário eletrônico que abordava perguntas referentes aos principais fatores endógenos e exógenos que os levaram a tomar tal decisão. Ademais, tendo em vista possíveis melhorias no que se refere à gestão dos auxílios, foi dedicado uma parcela de perguntas sobre como os discentes avaliava o programa em si. À vista disso, foi possível identificar os desafios da efetivação da política de assistência estudantil para a permanência acadêmica dos universitários carentes.

Metodologia

Inicialmente foi realizado um levantamento de dados referente ao número de discentes desligados da UFC que eram assistidos por algum dos auxílios ofertados pela Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). No qual constatou que, nos últimos dois anos, o total de alunos evadidos foi de 285, dos quais 115 alunos realizaram trancamento total ou abandono do curso em 2018, e 170 em 2019. Esse estudo utilizou-se da abordagem quantitativa sobre os dados coletados. Para cumprir a trajetória da pesquisa, foi realizada a aplicação de um questionário virtual enviado via e-mail, e em última instância via *WhatsApp*, para os universitários evadidos, que abordava uma série de perguntas referentes à situação pessoal desses, bem como suas percepções com relação à assistência estudantil. Assim, considerando o momento delicado no qual vivemos, foi possível coletar na primeira chamada o número significativo de 77 respostas. Este procedimento orientou a análise, a partir dos gráficos gerados, e possibilitou promover a interpretação destes, discutindo os elementos relacionados à problemática em estudo.

Resultados e Discussões

É inquestionável que a continuidade na graduação tem se tornado tema central no campo da gestão do ensino superior, o que tem implicado na análise e planejamento de medidas que priorizem essa questão. Uma vez que, não basta pensar somente na ampliação do acesso, é preciso pensar e discutir a garantia das condições de permanência ofertada aos estudantes que ingressam nas instituições, principalmente daqueles vindos de classes populares e/ou de baixa renda. Desse modo, as informações e dados coletados por esse estudo são de suma importância na construção de um meio acadêmico melhor e mais justo em termos sociais e econômicos. Os resultados obtidos evidenciaram que, das 77 respostas, a Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA) representava 37.66 % do total. A partir da análise desse número em questão, foi possível destacar alguns dados consideráveis, como o fato de que, dos 53.2% que afirmaram ter renda de até 0,5 salário mínimo per capita, 18.16% deste total eram contemplados pela BIA e quando questionados como seria possível avaliar os recursos recebidos pela assistência estudantil enquanto estavam no curso, dos 54.5% que falaram que eram em parte suficientes e dos 11.7% que falaram que insuficientes, eram correspondentes dessa bolsa, respectivamente, 20.76% e 6.5%. Outra informação importante refere-se ao fator exógeno – problemas financeiros - apontado pela maioria como sendo um dos responsáveis que motivaram o trancamento/abandono do curso, dos 57.1% totais, a BIA representava 20.76%.

Conclusão

A análise dos dados apontou que a renda se relaciona fortemente com a permanência dos alunos na graduação. Dessa forma, constata-se que a assistência estudantil, por mais que em muitos casos não seja suficiente, prevalece à importância e necessidade da continuidade e ampliação deste programa como alternativa para minimizar o quadro de baixo rendimento acadêmico, evasão, entre outras situações que quando não diminuem drasticamente as possibilidades de conclusão, impossibilitam o aluno de alcançar a formação acadêmica. A presente pesquisa limitou-se a aspectos quantitativos, no entanto, os números apresentados poderão ser utilizados em outros estudos e levantamentos que aprofundem reflexões iniciadas aqui, bem como estudos sobre a efetividade do PNAES na manutenção e conclusão acadêmica dos estudantes em fragilidade econômica.

Referências

MARINHO, Priscila Gonçalves. **O PNAES na UFC: uma avaliação do programa de assistência estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

VASCONCELOS, Natália Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Ensino Em-Revista, Uberlândia, 2010.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas sociais**. Aval - Revista de Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Revista Avaliação, Campinas, 2013.